

**“QUANDO SE VÊ NO SISTEMA ESTA MÁQUINA DE MOER POBRES¹”:
JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E SUBJETIVIDADE NO RIO DE JANEIRO**

ROSA, Dandara da Silva²
COSTA, Fábio Dias da
CUNHA, Gabriella Carvalho da
SILVA, Michelly Ferreira da
RIBEIRO, Patricia Mendonça
XAVIER, Raíssa da Costa Gonçalves
NASCIMENTO, Shayane da Silva Pereira do
COSTA, Tássia da Silva
ALVARENGA FILHO, José Rodrigues de

RESUMO

Este artigo nasceu a partir da pesquisa “Violência, juventude e produção de subjetividades no Rio de Janeiro”, realizada entre fevereiro e dezembro de 2015, no Centro Universitário Celso Lisboa (UCL). A mesma teve objetivo colocar em análise a produção do jovem pobre carioca, morador de favela, enquanto vida descartável. Para tanto, foram realizadas oficinas temáticas e entrevistas individuais com um conjunto de jovens. A partir da análise de tais dados, bem como, da revisão da literatura sobre o tema, podemos concluir que a vivência de práticas de violência produz efeitos deletérios nos processos subjetivos destes jovens; construindo subjetividades marcadas pelo medo e a insegurança. Este jovem é, como nos mostra o Mapa da violência, o alvo preferencial das políticas de extermínio e repressão orquestradas pelo Estado/Mercado capitalista. Em nosso artigo, levantamos questões sobre a produção deste jovem enquanto descartável e sobre os processos que atravessam esta produção social.

Palavras-chaves: Rio de Janeiro; juventude pobre; subjetividade.

ABSTRACT

This article grew out of the research "Violence, youth and subjectivity production in Rio de Janeiro", held between February and December 2015, at the University Center Celso Lisboa (UCL). The same goal was put in question the production of young Carioca poor, slum dwellers, while disposable life. To this end, thematic workshops and individual interviews with a group of young people were held. From the analysis of such data, as well as the review of the literature on the subject, we can conclude that the experience from violence produces deleterious effects on subjective processes of these young people; building subjectivities marked by fear and insecurity. This young man is, as shown by the map of violence, the prime target of extermination policies and repression orchestrated by the state / capitalist market. In our article, we raised questions about the production of this young while disposable and the processes that go through this social production.

Keywords: Rio de Janeiro; poor youth; subjectivity.

¹ Trecho da canção “samba do fim do mundo” (Emicida).

² ROSA; COSTA; CUNHA; SILVA; RIBEIRO; XAVIER; NASCIMENTO; COSTA, graduandos do Curso de psicologia do Centro Universitário Celso Lisboa; ALVARENGA FILHO, Prof. Dr. Docente do Curso de psicologia do Centro Universitário Celso Lisboa.

INTRODUÇÃO

Jovens negros são as principais vítimas da violência e têm 2,5 vezes mais chances de serem assassinados no Brasil do que jovens brancos, segundo relatório divulgado nesta quinta-feira (7) pela Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, em Brasília. (...)“O relatório traz um índice inédito, que mostra que a cor da pele dos jovens está diretamente relacionada ao risco de exposição à violência”³.

Investigar os processos de criminalização e repressão da juventude pobre carioca é urgente. Pois, os jovens pobres são umas das principais vítimas de homicídios no Brasil. Trata-se de um problema político, de saúde pública e grave violação de direitos humanos. Milhares de jovens têm suas vidas abruptamente interrompidas e centenas de famílias convivem com o sofrimento diário de verem seus filhos e filhas sendo exterminados.

Segundo a pesquisa “*Global Study of Homicide*”⁴ realizada pela Organização das Nações, o Brasil tem 11 das 30 cidades mais violentas do mundo! É o país com a maior quantidade Unidas1 de cidades citadas na lista2 são homens, assim como 95% dos autores dos crimes. Mais da metade das vítimas de homicídios têm menos de 30 anos de idade, com crianças menores de 15 anos de idade representando pouco mais de 8% de todos os homicídios. A maior parte das mortes (66%) foi provocada por armas de fogo.

No “Ordenamento dos países segundo Taxas de Homicídio” (WAISELFISZ, 2014) com uma taxa de 27,4 homicídios. A sua frente estão El Salvador (1a), Guatemala (2a), Trinidad e Tobago (3a), Colômbia (4a), Venezuela (5a) e Guadalupe (6a).

Por outro lado, no “Ordenamento dos países segundo Taxas de Homicídio na População Jovem” (WAISELFISZ, 2014), o Brasil aparece em 8a com uma taxa de homicídios de jovens de 54,5%.

O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2014), aponta que “os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, e atingem especialmente jovens negros do sexo3 masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos”. Dados do Ministério da Saúde (WAISELFISZ,

³ “Jovem negro tem 2,5 vezes mais chance de ser morto, diz relatório”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/jovem-negro-tem-25-vezes-mais-chance-de-ser-morto-diz-relatorio.html>> Acesso em: maio 2015.

⁴ Disponível em: <<https://www.unodc.org/gsh/>>

2014) mostram que mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios, em 2012, eram jovens, dos quais 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino.

A cidade do Rio de Janeiro aparece no Mapa da Violência com 56,5 homicídios por 100 mil habitantes. Ou seja, o seu índice está acima da média nacional. Segundo Braga, Martins e Silva, desde 1990 percebe-se uma nova tendência em relação aos padrões de mortalidade: “os quatro jovens morrem mais por causas externas, como por homicídios, do que por motivações relacionadas às doenças”.

De acordo com Brum (2013, p. 203), assistimos no Brasil um verdadeiro extermínio de jovens pobres. Para a autora, a morte de tais jovens produz um sofrimento inenarrável na vida das famílias. “Em 24 anos, de 1979 a 2003, a população brasileira cresceu 52% - e os homicídios por armas de fogo 543%. O aumento foi causado pelo assassinato de adolescentes: das 550 mil mortes, quase a metade atingiu brasileiros entre 15 e 24 anos. A violência matou mais no país do que a Guerra do Golfo e os conflitos entre Israel e Palestina”.

Tais pesquisas apontam para um sinistro cenário de violência e morte que afeta anualmente uma parcela significativa da população jovem brasileira. Problema este que produz sofrimento em centenas de famílias e enseja, na construção subjetiva de milhares de jovens, o medo e a insegurança.

Como afirma o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2014), “o problema também revela uma experiência negativa que já marca toda uma geração de jovens brasileiros: pesquisa recente da Secretaria Nacional de Juventude aponta que 51% dos jovens ouvidos, em todos os estados, em cidades de pequeno, médio e grande porte, e em todos os estratos sociais, já perderam uma pessoa próxima de forma violenta”.

Por outro lado, autores como Malaguti (2003), Batista (2014a), Coimbra (2001), Bauman (1998, 1999, 2005), entre outros, denunciam que esta grande produção de morte através de práticas de violência tem suas raízes na própria dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista. Como alerta Bauman (1999, p. 87), as inúmeras misérias e violências que atravessam nossa sociedade, ontem e hoje, não são sinônimas da enfermidade do capitalismo, mas, pelo contrário, de sua saúde e robustez: “do seu ímpeto para uma acumulação e esforço sempre maiores”.

Produção do medo e da insegurança

O medo é a arma mais eficaz na produção de demandas subjetivas autoritárias.
(MALAGUTI, 2003).

Neste contexto, ao mesmo tempo em que se produz morte violenta em larga escala, também se produz medo e insegurança como dispositivos de controle social. Segundo Malaguti (2003, s/p), “o medo tem sido o condutor das subjetividades e um poderoso aliado dos dispositivos de controle social”.

O medo e a insegurança são sentimentos produzidos historicamente por diferentes práticas e discursos, não sendo compreendidos como atributo inato à natureza humana. Ambos – medo e insegurança - funcionam como agenciadores coletivos, no intuito de produzir certos tipos de corpos e subjetividades, para alimentar uma demanda existente a cada época histórica.

Durante décadas atrás e ainda hoje, o medo e a insegurança são vistos como produtos de uma violência externa, causada por uma “classe perigosa”, como diz Cecília Coimbra (2001). Esses pobres, pretos e favelados. Associa-se então a pobreza com criminalidade e periculosidade. Torna-se crucial o afastamento “dessa gente” que acarreta danos para o funcionamento da sociedade. A segregação entre as classes é induzida e propagada entre a população.

Não precisamos ir muito longe, para vermos que os espaços da cidade do Rio de Janeiro são delimitados por uma barreira socialmente (in)visível, incutida pelo Estado/mercado e consentida pela população.

Sobre a prisão de jovens pobres que estavam indo a uma praia na zona sul, em agosto deste ano, o Secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, declarou:

Você tem um ônibus de adolescentes que não pagaram a passagem, que não tem o que comer, com fome, e você acha que eles irão voltar como para casa? Não estou afirmando que iriam roubar, mas acho que nenhuma mãe quer o filho na rua sem dinheiro para passagem e com fome. Boa coisa não pode resultar. São adolescentes em situação de vulnerabilidade, o que não é discutido pela sociedade. Não é problema de polícia, mas o problema sempre vai parar na polícia. E se tudo é problema de polícia, vamos deixá-la trabalhar do seu jeito⁵.

Uma vez que são produzidos, o medo e a insegurança nos atravessam cotidianamente... Eles estão nas ruas, nos grupos e dentro de casa. Os grandes meios de comunicação trabalham tendenciosamente de forma a propagar maciçamente a

⁵ Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-defende-acao-de-pms-que-recolheu-15-jovens-caminho-de-praia-na-zona-sul-17306880>>

violência, ao ponto das casas e condomínios fechados, tornarem locais seguros, pois estão afastados do perigo que ronda lá fora.

A divulgação da insegurança generalizada gera a demanda de mais segurança nas ruas. Apoia-se então a militarização, ao livre uso de porte de armas, para que o “cidadão de bem”, os justiceiros, possam se defender dos malfeitores. Como afirma Coimbra (2014, s/p), “essa violência da polícia que está instituída e, portanto, liberada e defendida pelas autoridades e pela população em geral percebe o pobre como um criminoso que deve ser exterminado.”

Como “amoladores de facas” (BAPTISTA, 2014), a população clama por mais punições, corroborando e legitimando práticas desumanas e o extermínio - com afirmativa de “limpeza social”-, naturalizando assim a violência contra os pobres.

Neste contexto, os diferentes tipos de mídia, desempenham papel de destaque na produção do medo e da insegurança através da espetacularização da violência, da criação de bodes expiatórios e da legitimação discursos punitivos, racistas e discriminatórios. São os discursos midiáticos importantes vetores de produção de subjetividades.

Produção de subjetividades

“É meu irmão, eu esqueci que preto correndo só pode ser ladrão”⁶.

No que concerne às subjetividades, para Guattari e Rolnik (1992; 1996), as mesmas não são uma essência inerente ao ser humano, não se referindo a uma suposta natureza humana. Não são transcendentais, mas antes, imanentes, ou seja, processuais. Elas são produzidas “por instâncias individuais, coletivas e institucionais” (GUATTARI, 1992, p. 11).

As subjetividades referem-se aos diferentes modos de experimentação do mundo: a maneira como vemos, ouvimos, sentimos, nos relacionamos com os

⁶ “Atravessamos para o outro lado da rua, seguindo em direção a Rua Conde de Bonfim. De repente, um garoto aparece correndo paralelo ao grupo de pessoas. Ele, entretanto, é diferente destas. Ele não está vestido com roupa social. Não usa camisa da Nike. Não está de sapatos Mr. Cat. Celular Smartphone da Apple, da moda, não tem. Ele corre carregando uma pequena caixa de balas. Pela roupa, pelo andar, pela cor da pele, pelo jeito de falar sabemos que ele é pobre, miserável. Ele corre, mas desacelera visivelmente incomodado e começa a andar rápido. Olha para trás, para os lados e começa a dizer com ar de revolta e desdém: “é meu irmão eu esqueci que preto correndo só pode ser ladrão’. Preto igual a ladrão é uma equação histórica fabricada em nossas terras brasilis” (ALVARENGA FILHO, 2015)

outros. Elas dizem respeito às maneiras como vivemos e experimentamos a vida. Como escreve Guattari (1992, p 11), “a subjetividade, de fato, é plural, polifônica”.

A partir deste ponto de vista, as subjetividades são pensadas, então, como uma produção histórica que se dá a partir de inúmeros agenciamentos e atravessamentos sociais e, por isso, elas não são aquilo que está dado a priori. Elas são os efeitos de múltiplas produções e, ao mesmo tempo, são produtoras também.

Todavia, muitas vezes na história da filosofia moderna e nas ciências humanas a ideia de subjetividade foi construída como uma entidade centrada no indivíduo. Neste sentido, ambos seriam indissociáveis. Tal concepção implica na produção de um homem individualizado e de uma “subjetividade celular”.

Por outro lado, a fabricação de uma subjetividade celular emerge no contexto em que se desenvolve o capitalismo industrial, em meados do século XVIII. Ocorrem mudanças significativas nas esferas da vida pública e da vida privada, trazendo consequências, também, para o meio urbano. Como nos mostra Sennet (2014), o esvaziamento progressivo dos espaços urbanos na modernidade foi concomitante às mudanças nos meios de produção e, também, a privatização da vida burguesa, produzindo uma subjetividade individualizada cerceada nos muros do lar e do eu

Uma análise dos processos de subjetivação presentes na modernidade não podem ser desvinculados da problematização do próprio sistema de produção capitalista. Como escreve Guattari (1996, p. 42), “a ordem capitalista é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica, produzindo os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala etc.”

Guattari (1996) usa a expressão “capitalística” ao invés de capitalista, para designar um modo de subjetivação que se tornou hegemônico com a emergência do sistema de produção capitalista. Para o autor, as forças capitalísticas não produzem apenas capitais, produzem subjetividades. A subjetividade, como diz o autor, é a matéria prima fundamental de toda e qualquer produção capitalística.

O lucro capitalista é, fundamentalmente, produção de saber subjetivo, isso não implica uma visão idealista da realidade social: a subjetividade não se situa no campo individual, o seu campo é o de todos os processos de produção social e material. O que se poderia dizer, usando a linguagem da informática, é que, evidentemente, um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetivação. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc. – sistemas que não tem nada haver com categorias naturais universais (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 32).

Se as subjetividades são uma produção contínua de diferentes modos de existência, é preciso que problematizemos que forças, no contemporâneo, estão atravessando os modos de subjetivação e, sobretudo, que maneiras de estar no mundo estão sendo fabricadas. Neste aspecto, os discursos da mídia – seja o jornal impresso ou online, o programa de TV ou de rádio etc. – são uns dos mais importantes produtores de subjetividades.

A partir da obra de Michel Foucault, “A ordem do discurso” (2005a), especialmente sua aula inaugural no *College de France*, pensaremos os discursos como práticas que obedecem a regras determinadas de emergência e produzem efeitos concretos no mundo. Para o autor, o discurso não é aquilo que esconde uma verdade que necessita ser desvelada.

Dessa maneira, o discurso é um efeito das relações de poder e, ao mesmo tempo, um modo de exercício destas. O mesmo produz verdades – estas, assim como os discursos, são produzidas a partir das relações de poder – e processos de subjetivação. Assim, quando nos referimos aos discursos da mídia, estamos pensando os mesmos como práticas que produzem efeitos de verdade no mundo.

A violência na mídia e a mídia da violência

E eu que sou bem informado concordo e faço passeata
 Enquanto aumenta a audiência e a tiragem do jornal
 Porque eu não "to nem ai"
 Se o traficante é quem manda na favela
 Eu não "to nem aqui"
 Se morre gente ou tem enchente em Itaquera
 Eu quero é que se exploda a periferia toda
 Toda tragédia só me importa quando bate em minha porta
 Porque é mais fácil condenar quem já cumpre pena de vida
 (Max Gonzaga, Classe média).

Temos notado que as mídias (jornais, TV, internet) tem disseminado um clamor por atos de violência. Os direitos humanos, estão totalmente fora de questão. Mas o que leva com que a sociedade clame por este tipo de conduta?

As mídias, mais do que nunca, se posicionam como formadoras de opinião e formas de existir. São o quarto poder e têm sido usadas como ferramenta de controle. Ela faz a manutenção das formas de conduta, instituindo o ser e o agir dos indivíduos, para mantê-los dentro do padrão esperado. A intenção é, criar padrões de comportamento, assim homogeneizando a sociedade, para torna-los massa de manobra. Sujeitos que tomam como seus, conceitos pré-fabricados, pelo simples interesse, a princípio, de estabelecer a ordem social.

Notamos que, quanto mais se noticia a violência, mas se tem audiência, tiragens ou “likes”. Devemos problematizar que, essa demanda por violência vem da própria sociedade, e em paralelo, a sociedade também está sendo manobrada a tender para esta. Mas esta violência, não é uma violência qualquer. Essa é a violência da “justiça”.

Estamos em um momento, onde as mídias reforçam que o Estado é fraco, sua polícia está sendo “podada” pelos ativistas dos direitos humanos, e que os “cidadãos de bem” estão à mercê da bandidagem e da violência gratuita. Os formadores de opiniões midiáticos, colocam valores dicotômicos, onde só existe o bom e o mau. Sendo estes, respectivamente, policiais e bandidos. Estimulam pensamentos de “bandido bom é bandido morto”, “policial tem que matar mesmo, não deve nem prender”. Essa legitimação da violência contra o outro já se tornou uma rotina. Não afeta mais. Pelo contrário, quanto mais se consome, mais se deseja consumir. Quanto mais a violência é noticiada como forma de fazer justiça, mas a desejo, pois concebo que minha sociedade é justa.

[...] os aplausos e apoios aos grupos de extermínios e chacinas, aos linchamentos, à pena de morte e às mais diferentes violações de direitos humanos como construções competentes e eficazes advindas também dos meios de comunicação de massa. (COIMBRA, 2001, p.1)

Essa ideia de mundo cão faz com que os indivíduos tomem essa postura violenta algo normal, e apoiam que os policiais sejam juízes do outro. Eles escolhem quem vive e quem morre, sem antes ocorrer um julgamento justo. Mas essa violência não vem do policial somente, nem do bandido. Podemos refletir acerca da fala de Porto (2002, p. 153):

A rigor, não faz sentido falar em violência no singular, já que estamos confrontados com manifestações plurais de violência, cujas raízes e efeitos, igualmente múltiplos, apontam a existência de tipos diferenciados de violência, realidade que remete a necessidade de pensar a violência a partir de suas relações com a cultura.

Nos programas ditos “jornalismo verdade”, temos a exposição de que a polícia convive pacificamente com os moradores de comunidade e que a entrada da polícia nas comunidades é algo bom. Vemos, todos os dias, as mídias silenciarem os discursos de quem sofre com tanta truculência. Podemos identificar na fala de nossa entrevistada, A.X. de 26 anos, moradora da comunidade do Jacaré, como é a relação dos moradores com a polícia:

Lá é assim, não adianta. Morador não fala com policial, entendeu? Quando tem, tem um policial ou outro, todo mundo fecha a cara, passa, entendeu?

Porque, eu já presenciei. Os policiais lá são muito ignorantes. Eu *tava* indo comprar um fone que eu vi na loja, tinha um rapaz que entrou com uma sacola, ai *tava*. O policial foi nessa loja, é uma lojinha lá que tem. Ai o policial quis ver a desse rapaz. Fez ele tirar tudo. Então, ai o rapaz estava com a nota fiscal, disse “eu comprei agora. Isso aqui não é roubado nem nada.” Então eles ficam mais revoltados com a polícia, até porque eles não sabem entrar. São ignorantes, eles humilham, entendeu? Eles não são amigos do morador. Tanto que quando tem tiroteio tudo fecha mais cedo, entendeu? Por isso que os bandidos mandam fechar, pra não ter um prejuízo maior...

E os discursos de populares incitam este tipo de conduta pelos policiais, o mesmo citado no relato de nossa entrevistada. A mídia do “espreme que sai sangue” conseguiu produzir tal subjetividade, onde coloca-se pobre contra pobre. E o pior, pune-se infrações leves, com infrações graves. Um homem rouba um celular, e a justiça que o povo clama é a morte por linchamento. Será que um roubo justifica um homicídio? “. Na sociedade atual sim. A título de exemplo, podemos elencar o caso de Cleidenilson Pereira da Silva, de 29 anos. Foi linchado até a morte, por populares, em São Luís, no Maranhão, no dia 06/07/2015. Qual foi o crime que lhe sentenciou a morte? A prática de um assalto em uma loja local.

É incrível como já se arraigou essa legitimação de combater a violência com mais violência. E como a mídia repete isso todos os dias, para que naturalizemos tal barbárie. Vejo pessoas chocadas ao assistirem expressões homo afetivas nas novelas, e não se horrorizarem com os programas policiais expondo sangue em pleno horário de almoço. Deveríamos começar a problematizar tais questões e essa subjetividade que em nós é introjetada, pois segundo Guattari (1996),

O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: Uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização.

A seletividade punitiva

As demandas por ferocidade penal, a seletividade da clientela do sistema penal são permanências históricas.
(MALAGUTI, 2003, s/p.)

Um exame de nossa histórica recente nos mostra que o período de escravidão no Brasil durou de 1530 a 1888, ou seja, foram 358 anos em que a lógica política econômica hegemônica no Brasil fabricou o corpo negro enquanto economicamente útil – mão-de-obra barata – e politicamente descartável. Para que a população negra, roubada da África, fosse utilizada enquanto mera engrenagem da economia colonial luso brasileira, primeiro foi preciso desumanizar o negro. Sequestrado de sua humanidade, este pode ser explorado, vilipendiado, reprimido,

usado e descartado em nome do progresso. A escravidão, para efetuar-se, construiu-se a partir de uma lógica racista.

Segundo Flauzina (2008, p.11),

O racismo engloba as ideologias racistas, as atitudes fundadas em preconceito racial, os comportamentos discriminatórios, as disposições estruturais e as práticas institucionalizadas que provocam a desigualdade racial, assim como ideia falaz de que as relações discriminatórias entre grupos sejam moral e cientificamente justificáveis; manifesta-se por meios de disposições legislativas ou regulamentares, e de práticas discriminatórias [...]

Neste contexto, são inegáveis as grandes consequências deste regime escravocrata para a população negra que, até hoje, vive penalizada sócio e economicamente e sente na pele os efeitos da discriminação advindos de um processo histórico de exclusão social.

Assistimos, ainda hoje, políticas públicas e práticas sociais atravessadas por relações de poder que reforcem a exclusão e a descartabilidade da população negra pobre.

Há, entretanto, um primeiro ponto que surge nesse processo de criminalização da pobreza, os meios de sobrevivência legais são negados a população pobre e negra neste país, a qual a marginalização e a periferia aparecem como formas de vida alternativa, não tutelada pelo Estado de direito.

Edmundo Coelho, em 1978, em seu artigo *A criminalização da Marginalidade e a marginalização da criminalidade*, explica que o próprio Código Penal Brasileiro criminalizava o pobre simplesmente por sua condição social, por seu trabalho informal ou por estar ocioso, sendo válido para trabalho. De acordo com o autor,

Não sei se ainda existe nas leis brasileiras sobre contravenções penais um artigo que defina da seguinte forma a contravenção da vadiagem: 'Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita'. Obviamente, o artigo penaliza (e estigmatiza) indivíduos das camadas mais baixas da população; os que estão desempregados ainda que procurem emprego; os que se dedicam a atividades no mercado informal de trabalho ocupações ilícitas, como as de biscateiro. (COELHO, 2014, s/p.)

Tendo em vista todos os danos causados por um processo histórico cruel e discriminatório, juntamente com as práticas racistas disfarçadas sob o mito da democracia racial, temos um Estado onde o direito às garantias fundamentais, como o direito de ir e vir, é seletivo. Direito para poucos.

A criminalização histórica do negro, hoje, no Brasil, reverbera no perfil da população carcerária. No Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2014), fica evidente que não é só o nosso sistema penal que é seletivo, mas também a penalização e o sentenciamento extrajudicial, exemplificado pelo grande número de autos de resistência e homicídios por armas e fogo.

O extermínio e a segregação se dão, a partir da Modernidade, através de outra forma de racismo. Segundo Foucault (2005b), o racismo foi um dispositivo de poder criado na Modernidade para que os Estados fizessem uso do antigo poder soberano de produzir morte. O poder de gládio – poder de espada – produzia morte através de uma tecnologia de dor que tinha em seu ápice o ritual de suplício. Neste, ocorria o martírio público do corpo de um condenado. Desta forma, no contexto histórico das monarquias absolutistas da Idade Média, matar, através de um ritual de tortura pública, não apenas era legítimo como, também, aplaudido por parte da sociedade.

Contudo, na passagem para a Modernidade, o poder de gládio foi substituído pelo exercício do biopoder (FOUCAULT, 2003). Neste, a questão deixa de ser produzir a morte e tornar-se regular os fenômenos da vida. Ao invés dos suplícios mediáveis, a pena privativa de liberdade. Matar ou torturar um condenado transformou-se em algo da ordem do inaceitável.

No entanto, para fazer uso deste antigo poder de morte, os Estados Modernos fazem uso do racismo para desqualificar e desumanizar uma parcela selecionada da população em nome do suposto bem-estar de toda a sociedade.

Como afirma Alvarenga Filho (2013),

Assim sendo, o racismo é o dispositivo que permite que os Estados modernos, em plena era do biopoder, façam uso do poder soberano de produzir morte. A morte de um grupo, ou de uma pessoa, é justificada na medida em que seu extermínio é colocado como condição para sobrevivência dos demais. Contudo, na sociedade do biopoder, este não pode matar impunemente, pois a vida é o seu bem mais elevado.

Através de sofisticado aparato do biopoder, vemos se construir uma sociedade que ainda se compõe de práticas racistas, higienistas, intolerantes e repressivas que ajudam a produzir condições de possibilidade para que o genocídio da população negra pobre brasileira seja “tolerado” e até aplaudido.

Recentemente foi divulgado o relatório do Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD), o Mapa do Encarceramento Brasileiro⁷ relata o perfil da população carcerária no Brasil de 2005 a 2012. A princípio, o que nos chama a atenção é o crescente aumento da população carcerária, que dentro deste período, aumentou 74%. Isso faz do Brasil, segundo a *Center for Prision Studies*, o 4º país no mundo em população carcerária e o 1º maior se comparado aos países da América Latina.

Dos 515.482 presos que fazem parte do mapa do encarceramento, 483.658 são do sexo masculino. 63% possuem o nível de escolaridade até o ensino fundamental incompleto. Também é preciso notar que 266.356 dos encarcerados tem idade entre 18 e 29 anos. 295.242 são negros, representando 57,27% da população carcerária.

A partir daí, podemos observar que a população carcerária tem um perfil claramente definido, onde o negro de baixa escolaridade e baixa renda é predominante nesse cenário, o que reflete a seletividade do nosso sistema penal.

Hoje, segundo o Mapa da Violência de Waiselfisz (2014), no período de 2002 a 2012, foram vitimados por homicídios 73% mais negros do que brancos. Já em relação à população jovem (entre 15 e 29 anos), o estudo calculou que o índice de vitimização de jovens negros em 2012 foi para 168,6%, um aumento desproporcional se comparado a 2002, quando o índice era de 79,9%. Ou seja, em 2012, para cada jovem branco que morreu assassinado, morreram 2,7 jovens negros.

É importante notar que há uma grande incidência de homicídios provocados em áreas de pobreza, como as favelas. Em “Você matou meu filho – Homicídios cometidos pela polícia militar no Rio de Janeiro” (2015)⁸, a Anistia Internacional relata que das 1.275 vítimas de homicídio decorrente de intervenção policial entre 2010 e 2013 na cidade do Rio de Janeiro, 99,5% eram homens, 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos de idade. O documento aponta que a principal causa para a perpetuação dessa prática de abuso de poder e desproporcionalidade na letalidade é que o sistema de justiça penal raramente investiga esses homicídios,

⁷ Disponível em: < [http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento WEB.pdf](http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf)>

⁸ Disponível em: < [https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho Anistia-Internacional-2015.pdf](https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho-Anistia-Internacional-2015.pdf)>

pois são investigados por processo administrativo sob o registro de ocorrência de Auto de resistência.

Ao checar o andamento de todas as 220 investigações de homicídios decorrentes de intervenção policial no ano de 2011 na cidade do Rio de Janeiro, a Anistia Internacional descobriu que foi apresentada denúncia em apenas um caso. Até abril de 2015 (mais de três anos depois), 183 investigações seguiam em aberto. (VOCÊ MATOU O MEU FILHO, 2015, s/p.).

Espaço urbano e os consumidores falhos

“O espaço reflete, a cada momento, o jogo de forças dos sistemas que compõe a sociedade”
(ABREU, 2011 p.31).

Max Weber, em 1922, já dizia que existe um grupo de pessoas que não tem e não terão emprego. Bauman (1998), afirma que esses corpos refugados, agora não mais existem como exército de reserva, mas como consumidores falhos, como corpos estranhos; não existindo humanidade fora do consumo. Wacquant (2001), afirma que quem potencializa produção desses corpos estranhos é o próprio Estado, em sua associação com o mercado neoliberal.

Hoje, assistimos no Rio de Janeiro a remoção de comunidades daqueles fabricados enquanto “consumidores falhos”. No livro “Remoções no Rio de Janeiro olímpico”, Azevedo e Faulhaber (2015), “faz um mapeamento das remoções feitas pela gestão do prefeito Eduardo Paes (PMDB) entre os anos de 2009 e 2013 – mais de 65 mil – e conclui que Paes promoveu mais despejos do que Pereira Passos e Carlos Lacerda juntos.”

Francisco Pereira Passos foi médico sanitaria e prefeito do Rio de Janeiro de 1902 - 1906. Durante seu governo, propõe-se a abertura de ruas e avenidas – como a Avenida Central, hoje Rio Branco - e a extinção de quiosques, casas de cômodos e cortiços, densamente povoados por ex-escravos, operários e assalariados. Torna-se urgente tarefa, extinguir a imagem de um Rio antigo, que era sinônimo, nos países europeus, de febre amarela, condições miseráveis e anti-higiênicas, transformando-o no símbolo de um Brasil novo e moderno. Os vendedores ambulantes, os condutores de transporte de tração animal, os vendedores dos quiosques, os engraxates, os carroceiros e outros, foram- expulsos das vias públicas nas áreas reurbanizadas por Pereira Passos. Compulsoriamente deslocados para as zonas suburbanas e encostas dos morros. Gerando a ideia de

que a miséria e a desigualdade social deveriam ficar distantes do centro urbano (COIMBRA, 2001).

A administração Passos representa o “primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade” (ABREU, 2011, p. 63).

Carlos Lacerda foi prefeito do Rio de Janeiro de 1920-1922. Na sua gestão, o Rio foi "preparado" para as comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil. O morro do Castelo foi demolido e ali instalou-se a exposição do centenário. Assim, desapareceram as zonas residenciais proletárias do centro que tinham sobrevivido as reformas de Pereira Passos. Lacerda também expulsou, da região da lagoa Rodrigo de Freitas (zona sul da cidade), uma população proletária que trabalhava nas fábricas têxteis ali instaladas ao executar obras públicas que abriram a área à especulação imobiliária (COIMBRA, 2001).

Como o espaço urbano carioca foi sendo modelo no século XX? E como isso que vemos hoje nos projetos de Paes reflete, ainda que um século depois, a continuação do projeto de cidade iniciado por Pereira Passos, em 1901?

No Rio de Janeiro, desde o final do século XIX, os pobres são impedidos ou expulsos de determinados espaços. Tal processo aponta para a criminalização da pobreza e para a transformação das classes menos favorecidas em lixo descartável. Pois, a modernidade caracteriza-se não apenas como um tempo em que se produz incessantemente o novo, mas, por consequência, tempo em que a fabricação da novidade implica na expansão dos lixos descartados pelo desenvolvimento da mesma.

No atual contexto, a lógica de funcionamento neoliberal, caracterizada pelo mercado financeiro globalizado, pela desregulamentação da economia, pela retirada dos investimentos do Estado em projetos sociais, engendra um cenário social no qual uma massa de sujeitos torna-se dispensáveis ao funcionamento do sistema. A população que é transformada em lixo é, segundo a nova lógica de ordenação dos espaços urbanos, retirada de seus antigos locais de exclusão.

Todavia, o modo de produção neoliberal, a criminalização da pobreza, a reordenação dos espaços da cidade, se articulam, de modo intrínseco, com o diagrama de poder da sociedade de controle (DELEUZE, 1992). Esta surge das modulações da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2004) e da mesma se diferencia

através da invenção de novos mecanismos de poder que se atualizam de maneira mais sutil, ondulante e imanente do que aquela.

Discursos que matam: alguns analisadores

Para a Análise Institucional (LOURAU, 1993), um analisador é um acontecimento que, por si só, produz análise. Algo que não necessita de interpretação, pois já em sua expressão enuncia uma dinâmica de poderes.

De acordo com Rodrigues (1992, p. 42), o analisador

no corpo nocional dos institucionalistas, trata-se de um acontecimento ou movimento social, que vem ao nosso encontro, inesperadamente, condensando uma série de forças até então dispersas. Neste sentido, realiza a análise por si mesmo, à maneira de um catalizador químico de substâncias.

Utilizaremos trechos de reportagens sobre violência urbana no Rio de Janeiro publicadas nos últimos anos. Como poderemos perceber, os diferentes veículos de mídia atuam, inúmeras vezes, de maneira a legitimar e potencializar a criminalização, a repressão e até o extermínio das classes pobres. Tais mídias se tornaram, como afirma Alvarenga Filho (2013, p. 145), “um apêndice da ‘máquina mortífera’ montada pelo Estado em sua ânsia de aniquilar aqueles que valem menos que a bala que os mata”

A) A morte compensa⁹

- “Mesmo morrendo crianças, não há alternativa. Esse é o caminho.”
(José Mariano Beltrame¹⁰)
- “Nosso bloco está na rua e, se tiver que ter conflito armado, que tenha. Se alguém tiver que morrer por isso, que morra. Nós vamos partir pra dentro.” (Josias Quintal – 21/02/2003 – O Globo)
- “Não peço a ninguém para ser arbitrário, mas o policial não pode ser banana. Os traficantes atiram e nós vamos responder com flores?”
(Garotinho – Jornal do Brasil, 21 out. 99)
- “A vontade que qualquer pessoa normal tem é de enfiar o cano do revólver na boca dessa sub-raça e mandar ver” (Barbara Gancia – 14 ago. 96 - Folha de São Paulo).
- “É bom lembrar também que o aumento do número de mortes não foi de cidadãos e sim de bandidos, haja vista que a atual política de segurança pública tem como

⁹ Inspirado na pesquisa “palavras que matam”, do grupo de trabalho do Tribunal Popular: o Estado brasileiro no banco dos Réus.

¹⁰ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,O11998832-EI5030,00.html>

estratégia enfrentar diretamente os criminosos” (Nilton de Albuquerque Cerqueira – 3 ago. 98 – Jornal do Brasil)

B) Dois pesos e duas medidas

- “Um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na Coréia (periferia) é outra.” (Beltrame – Jornal “Extra” de 24/10/2007)
- “Estes violentos bandidos se animalizaram (...) Eles são animais. Não podem ser compreendidos de outra maneira. Por isso os confrontos não podem ser civilizados. Essa gente não tem que ser tratada civilizadamente. Têm que ser tratados como animais”. (Marcello Alencar – 11 mai. 95 – Jornal da Manchete)
- “Direitos humanos não são para bandidos. São para o povo que paga impostos.” (Paulo Maluf– 16 ago. 97 – Folha de São Paulo)
- “Nós somos da paz e pelos direitos humanos, mas para os que são mais humanos.” (Sérgio Olímpio Gomes – 22 dez. 97 – Jornal do Brasil)

c) Favela como Antro de Maldade

- “No Complexo do Alemão está um foco de terroristas e de pessoas do mal” (Sérgio Cabral¹¹)
- “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal” (Sérgio Cabral – Veja, 31/10/2007)
- “Os tiroteios são provocados pelos bandidos. Isso é parte do equilíbrio ecológico, já que eles se matam por lá mesmo” (Aloísio Russo – 27 ago. 96 - Jornal do Brasil)
- “É preciso cadastrar cada um dos moradores das favelas, assim como antigamente faziam nos edifícios; policial tem que ter cara de policial, barba feita, cabelo cortado, asseado. Barbudos, cabeludos e mal trajados ficam confundidos com os bandidos” (leitor – 23 mar. 96 – O Globo)
- “O esconderijo natural dos bandidos é a favela. O labirinto de casas, a localização em morros, com acesso muito difícil ou impossível para viaturas da polícia, uma população que vive à mercê dos bandidos, tudo isso faz com que as favelas sejam esconderijos ideais para bandidos.” (Lima Neto – 29 jul. 97 – O Globo)
- “Não dá mais para esconder que o Rio é uma cidade entregue aos pichadores, funkeiros, traficantes, camelôs, bicheiros, flanelinhas, favelados e todos os outros espécimes da fauna em fase de reprodução.” (Editorial – 7 jan. 98 – Jornal do Brasil)

¹¹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/05/17/295798976.asp>

- “Já está mais na hora de nossas autoridades se mobilizarem e, com apoio da sociedade, providenciarem a remoção de favela (...) Não queremos uma reedição da ficção, como no filme ‘Parque dos Dinossauros’, onde cercas eletrificadas separavam seres humanos de bestas. O final do filme já sabemos.”
(leitor – 10 jan. 98 – O Globo)
- “Nesses barracos, só miséria e doença, analfabetismo e violência, a revelar uma única coisa: a solução para o caso das favelas é não haver mais favelas. As cidades não podem se desenvolver com cidadãos pela metade, gente que, não pagando imposto, representa um peso descomunal para o resto da sociedade, um fator brutal de empobrecimento.” (Editorial – 12 dez. 00 – Jornal do Brasil)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que levantamos não é a de apontar possíveis culpados ou inocentes, mas de colocarmos em análise o contexto no qual tornar-se possível – e, infelizmente, até “natural” – que parcela da população pobre brasileira seja exterminada à luz do dia e que o seu extermínio seja comemorado; aplaudido.

Do mesmo modo que o Estado do Rio de Janeiro possui hoje, vide Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, uma agenda esportiva, há, também, uma agenda de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

Apesar da produção constante do silenciamento, do medo, da insegurança, vozes dissonantes soam rebeldes pelos cantos da cidade. Como afirmou Foucault certa vez, sociedade disciplinar não significa “sociedade disciplinada”. As relações de poder que fabricam subjetividades capitalísticas podem, também, ser usadas para produzir processos de singularização.

Diante deste cenário, como sinaliza Deleuze (1992, p. 220), “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas.” Nossas armas, nossa máquina de guerra. Colocar em análise a violência contra os jovens moradores de favela está para além de pensar tão somente o contexto prisional e suas violências. Tomamos aqui este contexto como um acontecimento analisador para colocarmos em análise a dinâmica de funcionamento de nossa sociedade, assim como, os poderes que atravessam, cerceiam, controlam, vigiam e, inclusive, aniquilam a vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.

ALVARENGA FILHO, J. **A Chacina do Pan**. A produção de vidas descartáveis no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

_____. **A rua em rebelião**. Ou, para que a nossa casa estremeça. Tese de doutorado em Psicologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

AZEVEDO, L.; FAULHABER, L. S. M. H. **2016**: remoções no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2015.

BAPTISTA, L. **A atriz, o padre e a psicanalista**. Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Agruivos/textos_sti/Luis%20Antonio%20Baptista/texto95.pdf Acesso em maio de 2014.

BATISTA, N. **Mídia e sistema penal no capitalismo tardio**. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php?html2=batista-nilo-midia-sistema-penal.html>> Acesso em 2014.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: JZE, 1998.

_____. **Globalização**. As consequências humanas. Rio de Janeiro: JZE, 1999.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: JZE, 2005.

BRAGA, M.; MARTINS, S.; SILVA, G. **Violências, homicídios e vitimização juvenil no Brasil**: alguns indicativos de suas maiores incidências. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT25-35.pdf>> Acesso em: 2014.

BRUM, E. **O olho da rua**. Rio de Janeiro: Globo, 2013.

COELHO, E. **A criminalização da Marginalidade e a marginalização da criminalidade**. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/15469/a-criminalizacao-da-marginalidade-e-a-marginalizacao-da-criminalidade>> Acesso em junho de 2014.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Niterói: Intertexto, 2001.

_____. Produção do medo e da insegurança.

_____. Produzindo o mito da “guerra civil”: Naturalizando a violência. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/images/Agruivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto66.pdf> Acesso em abril de 2014.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. Em: **Conversações**. Rio de Janeiro: 34, 1992, p. 219 – 226.

FLAUZINA, Ana Luisa. **Corpo negro caído no chão**. O sistema penal e projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FOUCAULT, M. Direito de morte e poder sobre a vida. In: **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2003.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2005a.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica**. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

LOURAU, R. **Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993

MALAGUTI, V. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PORTO, M. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social, Revista de Sociologia** da USP, v. 21, n. 2, 2009.

PORTO, M. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº8, jul/dez 2002, p.152-171, 2002.

RODRIGUES, H. "Psicanálise e Análise Institucional". In: RODRIGUES, Heliana C. B.; SÁ LEITÃO, Maria Beatriz.; BARROS, Regina B. **Grupos e instituições em análise**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 42-55.

SENNET, Richard **O declínio do homem público**: tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014.

VOCÊ MATOU O MEU FILHO, 2015 Disponível em: < https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf> Acesso em: jul. 2015.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WAISELFISZ, J. Mapa da Violência: os jovens do Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf> Acesso em 01 dez. 2014.